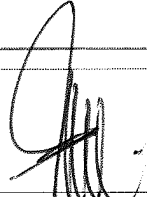




MANIFESTAÇÃO AO RECURSO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2019

De Acordo:



Cristiano Salgueiro
Prefeito Municipal

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENSINO DE LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA (INGLÊS), COM FORNECIMENTO DE METODOLOGIA PRÓPRIA, DESTINADOS AOS ALUNOS DO 1º AO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL PARA O EXERCÍCIO DE 2019, PODENDO SER PRORROGADO HAVENDO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DOS ANEXOS I E II.

Trata-se de recurso administrativo interposto pela empresa **ENGLISH FOR LIFE LANGUAGES LTDA ME**, inscrita no CNPJ nº 04.939.684/0001-42, doravante denominada **RECORRENTE**.

Procede-se com a análise do **RECURSO** conforme sínteses abaixo:

1. SÍNTESE DAS RAZÕES DO RECURSO.

Pretende a empresa **ENGLISH FOR LIFE LANGUAGES LTDA ME**, doravante denominada **RECORRENTE**, que seja reformada a decisão do pregoeiro tomada na sessão pública realizada no dia 12 de fevereiro de 2019, decisão esta que inabilitou a recorrente por não ter apresentado a documentação exigida nas Cláusulas 7.12.2.4 alínea “b” e 7.12.3.1 do Edital nº 006/2019 do Pregão Presencial nº 003/2019. Requereu que tais certidões, no decorrer da sessão, fossem verificadas no site, sendo que o pregoeiro alegou não poder imprimi-las e juntá-las naquele ato. No âmbito desta alegação, requer que fosse concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

regularização das respectivas certidões, conforme Art. 43, §1º da Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014.

A recorrente alega ainda em suas considerações que a empresa declarada vencedora do certame, qual seja **CONTRERA CURSOS DE IDIOMAS EIRELI EPP**, apresentou preços inexequíveis, uma vez que a mesma já havia declinado aos lances.

Requer assim que o presente recurso seja acolhido, reconsiderando a decisão proferida na sessão pública, habilitando a RECORRENTE para continuar no procedimento licitatório, assim como sejam juntadas as certidões inclusas no recurso, com base na aplicação do Art. 43, §1º da Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014, em conjunto com o Art. 4 § 1º do Decreto Federal nº 8538/15, com o Código de Processo Civil de 2015, e na eventualidade que de que não seja reconsiderada a decisão recorrida, requer a anulação do certame.

2. SÍNTESE DAS CONTRARRAZÕES DO RECURSO.

A empresa **CONTRERA CURSOS DE IDIOMAS EIRELI EPP**, inscrita no CNPJ nº 00.576.524/0001-25, doravante denominada **RECORRIDA**, manifestou-se contrariamente aos argumentos apresentados pela RECORRENTE, protocolando memoriais de contrarrazões.

Alega a **RECORRIDA** que as argumentações apresentadas são de caráter protelatório, e visam dar margem em todo o certame pela anulação deste, frustrando a contratação. Indica que não foi dirigido qualquer impugnação ao edital ou pedido de esclarecimentos por parte dos licitantes, os quais tinham conhecimento das exigências no instrumento convocatório.

Cita que, em específico ao caso da empresa **ENGLISH FOR LIFE LANGUAGES LTDA ME**, a mesma deveria, ainda que houvesse irregularidade fiscal, apresentado a certidão positiva.

Em sua defesa, informa que não há motivo para questionamento acerca do preço ofertado ou ainda a exigência de planilha de composição de custos, vez que não há distorção significativa do orçado pela Administração.

Diante as alegações, solicita que não sejam recebidos os recursos apresentados pelas recorrentes.

A empresa **ANDRÉ GUSTAVO COSTA GONÇALVES & CIA LTDA ME** não apresentou memoriais para contrarrazões do recurso em pauta.



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

A Secretaria Municipal de Educação manifestou-se em relação aos recursos e contrarrazões apresentados, e especificamente ao caso em pauta, opina sobre as decisões proferidas em sessão:

“[...]vez que, são procedimentos e deliberações pertinentes ao certame e envolvem regras concernentes ao processo em si, **não sendo considerado “rigor excessivo”**”.

3. PRELIMINARMENTE

O Recurso e a Contrarrazão apresentados reúnem condições de admissibilidade, pois ambos os memoriais foram apresentados motivadamente dentro do prazo recursal concedido e pertinente ao Edital.

4. MÉRITO

O recurso será apreciado e julgado, no entanto as alegações protocoladas pela recorrente **não serão acolhidas**, pelos motivos a seguir expostos:

Em relação à INABILITAÇÃO da recorrente pelo não cumprimento das Cláusulas 7.12.2.4 alínea “b” e 7.12.3.1 do Edital nº 006/2019 do Pregão Presencial nº 003/2019, a decisão será mantida, pois o edital é suficientemente claro e preciso quando nele requer:

“7.12.2.4 - Prova de Regularidade, através de Certidão negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, perante as Fazendas:

b) Estadual (no mínimo, no que se refere ao ICMS), do domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;
e

7.12.3 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA

7.12.3.1 - Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.”



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

Em sua defesa, o apelo invocado com base no Artigo 43 §1º é interpretada pela recorrente de forma equivocada, pois tal legislação permite unicamente a **REGULARIZAÇÃO** de eventual **RESTRIÇÃO** que venha a existir, conforme vemos a seguir:

§ 1º Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. (GRIFO NOSSO).

Tal procedimento poderá ser realizado unicamente para regularizar eventual certidão fiscal e trabalhista que, por eventual motivo, apresente restrição no momento de sua apresentação. No entanto, sua apresentação, mesmo que contenha irregularidade, **deverá ser obrigatória**, conforme já previsto no edital supracitado, como vemos a seguir:

“OBS1: As exigências habilitatórias relativas a regularidade fiscal e trabalhista, no caso de microempresas e empresas de pequeno porte, deverão ser apresentadas no envelope “documentação” mesmo que haja alguma restrição. (GRIFO NOSSO).”

Ademais, **não serão apreciadas e não serão aceitas, em hipótese alguma**, as certidões e demais documentos fiscais encaminhados pela recorrente junto aos memoriais de seu recurso, pois tratam-se de documentos que não constavam no envelope original, sendo vedada a juntada de documentos. A presente licitação é regida pela Lei nº 8.666/93, e em seu Art. nº 43 §3º é suficientemente claro quanto a promoção de diligência, assim como é **VEDADA** a inclusão posterior de documento que, originalmente, deveria constar da proposta original, como vemos:

§ 3o É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta. (GRIFO NOSSO)

4



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

A vedação acima já havia sido informada à Sra. Amélia Lourenço Romão Ramirez, representante da recorrente, no decorrer da sessão pública, e que a mesma não faria jus quanto a juntada das mesmas, no entanto esta prosseguiu com suas alegações. Outrossim, tal regularização contemplaria unicamente os documentos relativos à situação fiscal e trabalhista, e tal previsão não contempla a Certidão de Falência exigida na Cláusula 7.12.3.1 do Edital, a qual também não constava do envelope “Habilitação”.

Não obstante, a própria recorrente declara no teor de seu recurso que as documentações não constavam do envelope, conforme transcrevemos a seguir “[...] **a vencedora na disputa de preço estava regularizada perante o fisco, e por erro do contador, não tinha juntado no ato as certidões [...]**”.

.....
É o suficiente.

Trataremos agora quanto às alegações de inexecutabilidade dos preços ofertados pela empresa **CONTRERA CURSOS DE IDIOMAS EIRELI EPP**. As alegações da recorrente **não serão acatadas neste quesito**, pois, como verifica-se no mapa de lances anexo à Ata da Sessão Pública, foi realizada disputa de lances entre as duas empresas classificadas. Em um primeiro momento, a recorrente ofertou o valor de R\$1.183.000,00; procedendo-se com a análise dos documentos de habilitação, a qual verificou-se a inexistência dos documentos exigidos nas Cláusulas 7.12.2.4 alínea “b” e 7.12.3.1 e sua consequente inabilitação. A **recorrida** havia encerrado seus lances com a proposta de R\$1.184.000,00. Mediante a inabilitação da primeira colocada, o pregoeiro procedeu com a negociação junto a segunda melhor classificada, a qual aceitou fazer **o mesmo preço ofertado pela recorrente**.

A alegação de que o preço praticado seria inexequível não possui fundamento, **visto que trata-se do mesmo valor ofertado pela recorrente**, assim como a empresa CONTRERA CURSOS DE IDIOMAS EIRELI EPP declarou em sessão pública que o preço ofertado é exequível e que consegue obter lucro com a execução do contrato, conforme se vê na declaração anexa à Ata da Sessão Pública e devidamente rubricada pelos presentes. Tal alegação é contraditória, pois se considerarmos a alegação da recorrente, a mesma está declarando que seu preço também seria inexequível.



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

A Lei Federal nº 8.666/93 traz em seu Art. 48 inciso II §1º, o que se aplica subsidiariamente à presente licitação:

§ 1º Para os efeitos do disposto no inciso II deste artigo consideram-se manifestamente inexequíveis, no caso de licitações de menor preço para obras e serviços de engenharia, as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:
[...] b) do valor orçado pela Administração.

Verifica-se neste caso que a estimativa inicial para a presente contratação seria de até R\$1.343.638,80 (Um Milhão, Trezentos e Quarenta e Três Mil, Seiscentos e Trinta e Oito Reais e Oitenta Centavos), e o valor final negociado com a vencedora é de R\$1.183.000,00; deduzindo-se assim um desconto aproximado **de 12% ao valor máximo aceitável**, notoriamente exequível.

Neste sentido, dispõe o Doutrinador **Marçal Justen Filho** acerca do assunto:

“A formulação desse juízo envolve uma avaliação da capacidade patrimonial do licitante. Se ele dispuser de recursos suficientes e resolver incorrer em prejuízo, essa é uma decisão empresarial privada. Não cabe à Administração a tarefa de fiscalização da lucratividade empresarial privada. Sob esse ângulo, chega ser paradoxal a recusa da Administração em receber proposta excessivamente vantajosa.

[...]Mais ainda, um particular plenamente capaz pode dispor de seus bens, inclusive para lançar-se em empreitadas econômicas duvidosas. Poderá assumir riscos, de que derivarão prejuízos. Não é cabível que o Estado assuma, ao longo da licitação, uma função similar à de curatela dos licitantes. Se um particular comprometer excessivamente seu patrimônio, deverá arcar com o insucesso correspondente.”

A recorrente requer ainda que, na eventualidade que de que não seja reconsiderada a decisão recorrida, requer a anulação do certame.

Tal possibilidade é prevista em Edital, com base no Art. 49 da Lei Federal nº 8.666/93:

4



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.713/0001-80

“A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.”

Assim sendo, a presente licitação somente poderia ser revogada por razões de interesse público, comprovadamente, ou anulada no caso de observados vícios insanáveis ou atos ilegais. As razões presentes nos memoriais apresentados pela recorrente não trazem à luz fatos de qualquer natureza que conduzam a estas possibilidades.

5. DA DECISÃO

Diante os fatos apresentados, decide-se pelo **IMPROVIMENTO TOTAL** do recurso apresentado pela empresa **ENGLISH FOR LIFE LANGUAGES LTDA ME**, mantendo-se a decisão proferida em sessão com adjudicação à empresa **CONTRERA CURSOS DE IDIOMAS EIRELI EPP**.

Submete-se o presente expediente à Autoridade Superior, o Ilmo. Sr. Prefeito Municipal, para concordância, e após devolve-se à Seção de Licitações para publicação do resultado na Imprensa Oficial e Jornal Local.

Birigui, aos seis de março do ano de dois mil e dezenove


Ênio Nicolau Linares Garcia
Pregoeiro Oficial